

Medidas inibem o crescimento do PIB

CARLOS FRANCO

As medidas adotadas pelo governo, como a elevação dos juros e o pacote fiscal, terão impacto no ritmo da atividade industrial no próximo ano, com redução nas estimativas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país no prazo de um ano. Ao contrário do que se previa para 1998, o PIB não crescerá entre 3,5% e 4%, mas no máximo 2%. O cálculo é da própria equipe econômica que formulou as medidas, mas a queda pode ser mais acentuada e ainda resvalar na arrecadação fiscal, que o governo gostaria ampliar.

“É certo que haverá retração no nível de atividade e isso vai ter reflexo direto para os trabalhadores, com a taxa de desemprego devendo aumentar no primeiro semestre do próximo ano e até no segundo semestre. Tudo vai depender da manutenção ou não destas elevadas taxas de juros”, afirma José Márcio Camargo, da Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio).

Zero – A taxa de crescimento pode ser ainda menor, e chegar a ser negativa, de acordo com cálculos de João Paulo de Almeida Magalhães, presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (IERJ) – entidade que já te-

ve como titular o ministro Pedro Malan. “Um crescimento do PIB de 2% no próximo ano é a melhor hipótese, pois poderemos ter crescimento zero ou negativo”, afirma Almeida Magalhães.

Outro problema está nos efeitos das medidas fiscais sobre o emprego. “Para arcar com impostos mais salgados, as empresas devem realizar novos cortes, e isso implicará demissões, sem que o setor de serviços, para onde vinha migrando, consiga manter o mesmo número de pessoas trabalhando”, alerta José Márcio Camargo.

Edward Amadeo, também da PUC-Rio, complementa: “O desaquecimento da economia terá consequências significativas no emprego e haverá redução dos investimentos das empresas”. De fato, setores que vinham projetando novos investimentos já começam a refazer seus cálculos. É o caso da Cervejaria Brahma, que adiou investimentos de R\$ 300 milhões.

Arrecadação – A outra face desta mesma moeda ainda é mais perversa: com redução no nível de atividade, a arrecadação fiscal cai. E há quem já acredita que dos R\$ 20 bilhões que o governo espera ganhar com as medidas, sejam obtidos apenas R\$ 15 bilhões. Sulamis Dain, da Universidade do Estado do Rio de Ja-

neiro (UERJ), alerta que “esta é uma questão grave, porque exige um sacrifício grande da população sem a certeza de que as contas fechem exatamente como o programado”.

Para Sulamis, a desaceleração tem o efeito das demissões e, principalmente, da arrecadação, assim como os juros irão engolir todo o esforço de cortes nas despesas do governo, e ainda ficará faltando.

Sulamis diz estar indignada com a forma com que as medidas vão atingir não só a classe média, como o setor informal da economia, para onde muitos demitidos do setor formal estavam migrando. A economista teme que a desaceleração na atividade econômica implique demissões em grande escala, principalmente em setores como bebidas e indústria automobilística, por conta do aumento do IPI. E também lembra que haverá repasse, devido ao aumento dos combustíveis. “E o setor informal também deve sofrer com as mudanças”, adverte.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o comércio e os serviços por conta própria vinham respondendo em grande parte pelo novos postos de trabalho. Como o pacote também incluiu restrições a importações por pessoas físicas, os famosos sacoleiros passam a viver uma situação idêntica a uma das peças teatrais mais co-

nhecidas de Oduvaldo Vianna Filho: *Se correr o bicho pega, se parar o bicho come*.

Para Heron do Carmo, da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (Fipe) da Universidade de São Paulo (USP), “o movimento de migração de assalariados para o mercado informal de serviços pode até continuar, só que em menor escala e, é sempre bom lembrar, representado por trabalhadores com baixa remuneração e qualificação”.

Márcio Garcia, colega de José Márcio na PUC-Rio, também alerta para a questão do emprego e da desaceleração da economia. “A Ásia deixou como lição que o governo tinha que fazer o seu dever de casa. O adiamento levou a medidas duras, como os juros e o aumento de tributos”. Márcio também acredita que o nível terá uma redução grande, tão maior quanto for o tempo de duração das taxas de juros. E, assim como Almeida Magalhães, acha que o PIB poder crescer até abaixo da previsão de 2% para 1998.

Tanto Márcio como José Márcio, porém, garantem que o governo não tinha alternativas a não ser as que foram aplicadas. “O que se pode discutir é o momento em que foram adotadas, pois há muito havia sinais que indicavam a necessidade de ajuste fiscal,” diz José Márcio.